

BRASIL AGORA

9 A 22 DE MAIO DE 1996 — Nº 75 — R\$ 2,50



Por trás da crise financeira há uma tentativa de tutelar o jornal. História completa nas pág. 2, 10 e 11

BRASIL AGORA AMEAÇADO

BANCOS

Explicamos em detalhes a operação do BC e do governo para proteger os tubarões

Páginas 3 a 5

BRASIL

Por que os Sem Terra resistem à ofensiva neoliberal, enquanto outros se entregam

Páginas centrais

MUNDO

A Rússia entre a ditadura de Yeltsin e a moderação de Zyuganov

Páginas 8 e 9

POLÊMICA

Esquerda, estatais e socialismo: Tarso Genro volta ao combate com Jacob Gorender

Última página

EDITORIAL

NÃO SE BRINCA COM A IMPRENSA POPULAR

(Carta Aberta ao Diretório Nacional do PT)

O Brasil Agora está fechado. Com essas palavras a tesoureira da Executiva Nacional do PT dirigiu-se aos representantes petistas de vários estados presentes no Seminário de Mobilização realizado em São Paulo nos dias 14 e 15 de abril, para comunicar um fechamento que nunca existiu, pois o Diretório Nacional, único órgão com poderes para adotar tal decisão nada discutiu a respeito.

Pelo contrário, a última vez que o Diretório Nacional opinou sobre o *Brasil Agora*, foi para garantir a sua continuidade, deliberando por indicação do Encontro Nacional de 1995 que: "qualquer decisão sobre o *Brasil Agora* deve passar por ampla consulta partidária", como dizia a primeira parte da resolução.

A pisada de bola da nossa tesoureira, de "fechar por antecipação" o *Brasil Agora*, tem o mérito de nos mostrar a existência de duas crises interligadas: a crise da democracia partidária e a crise de gerenciamento da nossa política de imprensa.

A crise da democracia partidária se manifesta na escalada autoritária com que a Executiva vai progressivamente se transformando no centro real de poder no partido. Essa crise atinge o seu auge quando, descumprindo a resolução do Encontro Nacional acima citada, ela decide sem promover a "menor discussão", fechar o *Brasil Agora*. A prepotência autoritária da comunicação de "fechamento" do Jornal, antes mesmo do Diretório Nacional discutir se vai ou não adotar esse caminho, deixa a nu os males do monolitismo que terminou se consolidando na Executiva do PT. O primeiro passo dessa caminhada para o autoritarismo foi dado pela maioria do Diretório Nacional, quando violentou a cultura democrática da direção proporcional compartilhada e apropriou-se da Secretaria Geral. O passo seguinte foi dado no dia 9 de fevereiro, quando formalizou-se uma Executiva constituída por apenas 54% das forças que compõem o partido. O terceiro e o mais escandaloso passo dessa cadeia autoritária, foi o "fechamento antecipado" do *Brasil Agora*, contando com um posterior alinhamento automático dos "crachás cativos da maioria", na expectativa de obter uma autêntica "votação de cabresto" no Diretório Nacional.

Cabe a cada um de nós, dirigentes desse Diretório Nacional (independente do nosso alinhamento político interno), estarmos alertas para exigir um debate sério sobre os destinos do *Brasil Agora*. Principalmente, porque o procedimento em curso é bastante preocupante e indica que vivemos um processo viciado. O exemplo mais evidente, é que na qualidade de diretor do jornal vim a saber por telefone que a Executiva tinha decidido fechar o Jornal, sem nunca ter sido informado que havia essa discussão em curso.

Aos Heróis da Resistência

A imprensa popular é coisa muito séria, companheiros! E precisa ser tratada como tal. Principalmente nesse "país das maravilhas", onde o monopólio privado dos meios de comunicação é uma verdadeira ditadura do capital, venerando a globalização, atacando e desmoralizando as conquistas sociais do nosso povo. Por isso precisamos do *Brasil Agora* como Jornal da imprensa popular. Como instrumento de luta que serve para informar os movimentos sociais, na hora em que a maioria esmagadora da imprensa deforma os fatos, reverencia o projeto neoliberal e defende o seu governo.

Defendemos a verdadeira imprensa alternativa e popular, tão difícil de ser mantida. Por várias vezes nós da equipe do *Brasil Agora* (direção, redação, administração e vendas) fomos obrigados a abrir mão dos nossos salários e comissões para garantir a produção do Jornal. Mas fomos muito bem pagos por isso: ganhamos o respeito dos companheiros cuja luta era distorcida pela chamada grande imprensa, como aconteceu na greve dos Petroleiros e nas lutas dos Trabalhadores Sem Terra.

Por tudo isso e também porque essa pode ser a nossa última edição aproveito para homenagear os heróis da resistência do Jornal Brasil Agora. Qualquer que seja o seu posto na redação, administração ou vendas, todos merecem esta homenagem: Loyola, Antonio Martins, Cecilia, Teca, Ana, Nilda, José Reis, Sergio, Valdenor, Telma, Nora, Edmar, Marli, Chiquinho, Rubens, João e os companheiros do manuseio de São Mateus, formam essa equipe vitoriosa. Vitoriosa porque independente do resultado dessa batalha pela continuidade do Jornal (que poderá ser a última) lançamos uma semente de resistência e de luta, nesse momento sombrio para as classes trabalhadoras, da ofensiva da barbárie, apelidada de globalização capitalista.

A crise de Gerenciamento da Política de Imprensa

Essa crise tem seu ponto de partida na incapacidade da Executiva colocar em prática a segunda parte da resolução do Encontro Nacional de agosto de 1995 sobre o *Brasil Agora*, que a partir de outubro foi simplesmente descumprida, ou atropelada sem a menor cerimônia. Dizia ela, que a continuidade do Jornal: "está na dependência de sua profissionalização e auto-sustentação através da venda de assinaturas, o que só acontecerá se atender às expectativas do seu público".

Esse foi o caminho que o *Brasil Agora* trilhou. Pois, se em abril de 95 o repasse de finanças do PT equivalia a 82% da receita necessária à sua manutenção, enquanto a venda das assinaturas era responsável por apenas 18% da arrecadação, já no mês de

outubro elas respondiam por 50% das despesas do Jornal, numa clara demonstração de que o *Brasil Agora* caminhava a passos largos para a sua profissionalização e auto-sustentação. Foi justamente no mês de outubro de 95, sete meses depois da retomada do *Brasil Agora*, quando atingia o maior prestígio junto aos leitores, quando as cartas de apoio se multiplicavam e as assinaturas subiram para um patamar mais elevado de faturamento, que o repasse da direção foi cortado. Foi cortado por dois meses consecutivos. Tempo suficiente para arrebentar com a credibilidade em ascenso do Jornal e estrangular com a estrutura de vendas de assinaturas. Por isso que só pode ser considerado como uma provocação a definição do atual repasse para o Jornal cujo valor equivale a menos de uma página de propaganda da revista *Atenção*.

É incrível, mas é verdadeiro! Enquanto o *Brasil Agora* caminhava para a sua auto-sustentação materializando a resolução do Encontro Nacional, a Executiva se conduzia no sentido oposto, o de impedir que esse objetivo se materializasse.

Aliás, a crise de gerenciamento de nossa política de imprensa tem uma relação direta com a crise da democracia partidária, porque a incapacidade da Executiva cumprir as resoluções do Encontro Nacional sobre o *Brasil Agora*, é na verdade a adoção de outra política que contradiz aquelas deliberações.

O Brasil Agora continua ou não?

Uma série de estranhas coincidências que ocorrem a partir de outubro (não cabe detalhar aqui) vão progressivamente demonstrando a existência de uma tendência deliberada de fechar o *Brasil Agora*. Principalmente depois que a Direção do Jornal se recusou a aceitar uma censura da Executiva quanto a divulgação democrática das duas opiniões distintas sobre a crise que envolveu a escolha do secretário geral, na formação dessa mesma Executiva. Afinal de contas, o *Brasil Agora* era o único instrumento que ainda não estava sob controle político do "núcleo duro" que assumiu o controle do PT. E como a sua "correção de rota" daria muito trabalho, o mais fácil era providenciar o seu fechamento. Essa foi a razão pela qual nunca se fez uma discussão sobre o projeto apresentado pela equipe do *Brasil Agora* no mês de agosto de 95? A grande verdade é que para a atual Executiva Nacional pouco importam as opiniões daqueles que não se identificam com o seu pensamento. Vivemos um momento profundamente preocupante, onde a concepção autoritária da imprensa partidária dá a tônica da vida política petista. É triste, mas essa é a realidade, uma realidade que precisamos mudar.

Fechar o *Brasil Agora* sem uma ampla consulta partidária seria, antes de tudo, um

profundo desrespeito às Resoluções do Encontro Nacional. Além de confrontar os estatutos do partido, uma decisão dessa natureza teria um desembolso muito maior do que muitos estão pensando gastar. Porque, por uma questão mínima de ética e de respeito à coerência de sua proposta, o partido teria de reembolsar todos os assinantes e pagar corretamente a indenização de todos os funcionários do Jornal.

A manutenção do *Brasil Agora* é a única posição politicamente correta. Mas precisa vir acompanhada de uma ampla discussão no partido sobre seu caráter, sua linha editorial, do compromisso político e material da militância e seus dirigentes com a sua publicação e finalmente, sobre o investimento material necessário para que o Jornal alcance a sua auto-suficiência financeira. Se o Diretório Nacional chegar a essa conclusão estaremos dando um significativo passo de mudança.

BRUNO MARANHÃO
DIRETOR DO BRASIL AGORA

BRASIL
AGORA

CONSELHO EDITORIAL: ALIPIO FREIRE, EDUARDO SUPICZY, FREI BETTO, HAMILTON PEREIRA, JOSÉ AMÉRICO DIAS, LUIZ EDUARDO GREENHAIGH, GILBERTO CARVALHO, MARKUS SOKOL, MILTON TEMER, MYRIAN ALVES, PERSEU ABRAMO (IN MEMORIAM), PÚNIO DE ARRUDA SAMPAIO, RAUL PONT, RENATO SIMÕES, RITA FREIRE, VERA GOMES, BRUNO MARANHÃO, ANTONIO MARTINS, ROBINSON CAVALCANTI E ROBERTO TEDEIRA

DIRETOR: BRUNO MARANHÃO
EDITOR: ANTONIO MARTINS
REDAÇÃO: CECÍLIA LUEDEMANN, MARISA LOURENÇO E MYRIAM ALVES
ESTAGIARIAS: ADRIANA FERRERA, CECÍLIA CECILIATO E LILIANE PEREIRA
DIAGRAMAÇÃO: NILTON CESAR ZANELLI
PESQUISA DE FOTOS: IVANILDA ALVES
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO: DAVID MANDEL E TARSO GENRO
JORNALISTA RESPONSÁVEL: CECÍLIA LUEDEMANN - MTB: 14.915

ADMINISTRAÇÃO: MARIA RODRIGUES DE LOIOLA (CHEFE) E IVANILDA ALVES
CIRCULAÇÃO: ANA MARIA ALVES
REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO: RUA VICENTE PRADO, 134 - CEP: 01321-020 - SÃO PAULO
TELEFONE: (011) 605-5088 FAX: (011) 605-5087

ASSINATURAS

COORDENADORA: ELIANA ALVES MORAES (011) 605.5090
ARACARU: ZINAIDE SANDRES (079) 224.2692
BELO HORIZONTE: ANTONIO DE PÁDUA CEBOLA (031) 226.3856 ou 222.3811
JOÃO PESSOA: ANA PAULA (083) 322.6747
FORTALEZA: JOSÉ VITAL (085) 226.5311
MACÉDÓ: MARCELO NASCIMENTO (082) 221.5788
NATAL: MICHELINE (084) 221.5140
RECIFE: MARIA PURCINA (081) 222.1066
RIO DE JANEIRO: PAULO MORANI (021) 262.5863 ou 234.2003
SALVADOR: LUCINEI SOUZA (071) 398.0527
SÃO LUÍS: JOSÉ ARTERIO (098) 243.1341
TERESINA: ROGÉRIO RIBEIRO (086) 220.2156
VITÓRIA: VANDA LÚCIA VIANA (027) 228.4881

CARLOS EDUARDO DE CARVALHO

SUJEIRA SOB O TAPETE DO REAL

Estudioso do sistema financeiro dissecou a operação montada pelo governo FHC para salvar os bancos, e alerta para os impasses econômicos que se armam por trás do aparente sucesso da "estabilização"

Ninguém espere do economista Carlos Eduardo Carvalho um palavrório incendiário sobre a crise dos bancos brasileiros. Militante dos partidos de esquerda desde o início da década de 70, ele no entanto optou, nos últimos tempos, por uma atividade mais relacionada à mesa de estudos que às manifestações de rua. Coordenou, nas eleições presidenciais de 89, a comissão que elaborou o programa de governo de Lula. Assumiu em seguida o posto de pesquisador na Fundap/Iesp, um instituto de economia do estado de S. Paulo. Também é, desde 91, assessor econômico da Confederação Nacional dos Bancários (CNB). Ninguém espere também de Carlos Eduardo propostas tímidas para a crise dos bancos. Os anos de estudo sobre o sistema financeiro colocaram o economista na posição de analista privilegiado da operação salva-banqueiros que o governo FHC montou nos últimos meses. Ao contrário da trupe de economistas e jornalistas que gravita em torno da tecnocracia bancária, ele enxerga criticamente a sociedade e as elites brasileiras. Mas não é um mero "palpiteiro" de esquerda: ao invés de denúncias genéricas (e pouco úteis) sobre a crise, prefere apresentar propostas concretas, orientadas por uma lógica oposta à do governo. Este método de combate inte-

lectual tem permitido a Carlos Eduardo rebater com contundência — mas também com originalidade — cada um dos argumentos lançados pelos defensores do Proer, o programa do Palácio do Planalto para injetar recursos públicos nos bancos em dificuldades. "Nenhum governo", dizem os sabichões da tecnocracia, "pode deixar os bancos quebrarem". E completam, sem disfarçar o cinismo: "O dinheiro gasto no Proer foi pouco, se comparado aos prejuízos que uma quebra-deira bancária provocaria". A resposta vem na ponta da língua: "Se o Estado socorre o sistema na hora do aperto, deve assumir, em contrapartida, parte do controle acionário sobre os bancos beneficiados", lembra o assessor da CNB. E alfineta: "Na forma em que foi executado, o programa amparou não a sociedade, mas os banqueiros". Numa noite do início de abril, Carlos Eduardo Carvalho recebeu *Brasil Agora* para uma entrevista que se prolongou por quase duas horas. Além de debater em detalhes a situação dos bancos, analisou os rumos do Real. Lançou previsões sombrias. Por trás do êxito imediato do plano, advertiu, estão um aumento evidente das desigualdades sociais, e problemas econômicos profundos, para os quais não há soluções à vista. Os trechos principais da conversa estão nas páginas 3 a 5.

Brasil Agora: Você tem defendido a idéia de que a intervenção nos bancos era inevitável, mas foi feita de forma errada, com custos superiores aos necessários e privilegiando os banqueiros.

Carlos Eduardo: A crise bancária na economia capitalista é potencialmente muito perigosa. A função principal dos bancos, nesse sistema, é bancar atividades que podem não dar retorno, e que portanto implicam em riscos. Se um banco isoladamente quebra, não há nada de mais. As pessoas que depositaram seu dinheiro sofrem, mas é uma perda que faz parte do jogo. Mas a quebra de um conjunto de bancos pode levar uma região, um setor econômico ou mesmo a economia inteira à depressão.

"Governo deveria assumir parte do controle acionário sobre os bancos beneficiados"

Nos países capitalistas centrais, à medida que foram se formando os chamados "Estados de bem-estar social", intervencionistas e reguladores, optou-se por dotar os governos de uma capacidade de intervenção no setor bancário que evitasse estas crises.

É a chamada função de "emprestador de última instância", conferida aos Ban-

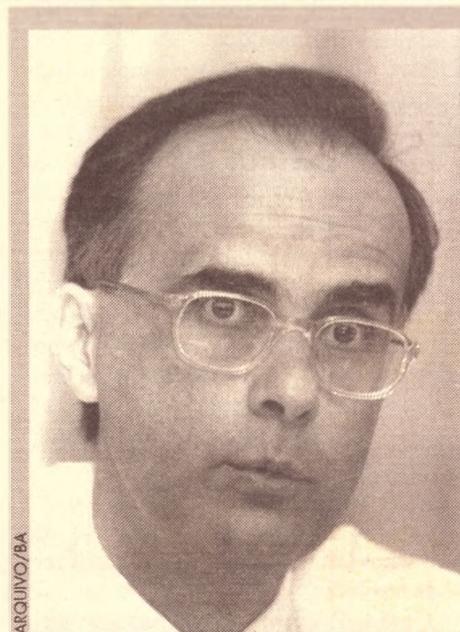
cos Centrais. Diante de uma emergência, do risco de uma quebra-deira, o BC é obrigado a intervir, colocando dinheiro para evitar que a quebra se materialize e prejudique toda a sociedade. Há uma contrapartida a este privilégio: o BC é dotado de poderes muito amplos de fiscalizar, e mesmo assumir o controle das operações, do sistema de bancos privados.

"BC gastou bilhões de reais para que os grandes aplicadores fugissem dos bancos em dificuldades"

Nos casos recentes, apenas uma parte desta regra foi cumprida. O BC e o governo FHC socorreram generosamente os bancos. Mas não impuseram as restrições, não fizeram as exigências e não aplicaram as punições que seriam cabíveis no caso. No desfecho do caso Nacional, a família Magalhães Pinto foi desapropriada de seus bens, numa espécie de satisfação ao público. Mas o governo tenta esconder a gigantesca operação, ao longo de meses, para socorrer os grandes depositantes dos bancos quebrados.

Brasil Agora: Em que consistiu esta operação?

Carlos Eduardo: O BC ultrapassou todas as restrições que a lei impõe ao seu papel de emprestador de última instân-



Carlos Eduardo Carvalho: "O governo teme a CPI, porque uma investigação profunda poderia atingir a própria figura do Presidente"

CARLOS EDUARDO DE CARVALHO

cia. Quando as dificuldades do Econômico, do Nacional e de outros bancos se agravaram, ele passou a financiá-los de maneira ilimitada e sem exigir qualquer contrapartida. Foi nesse movimento que o BC torrou bilhões de reais, mais tarde legalizados através do Proer. A injeção de recursos permitiu que os grandes aplicadores e os demais bancos fugissem dos riscos que o Econômico e o Nacional representaram.

"Tesouro vai ficar com um rombo enorme: R\$ 5,9 bi no Nacional, cerca de R\$ 2,5 bi no Econômico"

O Econômico vinha em crise desde 94, e os rumores sobre as dificuldades se espalharam entre as elites no segundo semestre do ano passado. A direção tentou uma aliança com um banco português e falhou. Em seguida, ACM e a Odebrecht empenharam-se em montar um "pool" de grandes empresários para assumir o controle do banco, mas também fracassaram. O Econômico passou a recorrer constantemente ao sistema de empréstimos interbancários, tomando dinheiro por um dia para saldar seus compromissos. Estes fatos apareceram no noticiário econômico dos jornais, e provocaram, aos poucos, uma fuga dos grandes aplicadores e depositantes.

"Dinheiro aplicado no Proer não pertence aos bancos. Poderia ter sido usado na Saúde, por exemplo"

Os bancos que emprestavam ao Econômico foram tirando seu dinheiro e o BC cobriu a fuga. Um exemplo hipotético: num determinado dia o Itaú, que tinha 50 milhões emprestados ao Econômico decide reduzir para 20. O Econômico não tem como devolver os 30. O BC injeta dinheiro, para salvar o Itaú. O socorro foi tão amplo que quando o Econômico quebrou não havia mais nenhum banco ou grande aplicador com dinheiro lá. De nada adianta, agora, sacrificar os Calmon de Sá ou os Magalhães Pinto: o fato é que o BC assumiu, conscientemente, os prejuízos que os grandes aplicadores teriam com a crise. Se a intervenção tivesse sido feita um ano antes a fuga não teria ocorrido.

O Tesouro vai ficar com um rombo enorme. Os R\$ 5,9 bi injetados no Nacional são praticamente perda total. Fala-se que o rombo do Econômico será de R\$2,5 bi. É neste sentido que se diz que a ação do BC aumentou os prejuízos.

Brasil Agora: Pelas contas, o BC já torrou quase R\$ 9 bi em dois bancos. Podem estar em curso outras ações semelhantes?

Carlos Eduardo: Pode e nós não temos como saber. A Caixa Econômica Federal (CEF) revela apenas que tem R\$ 7 bi aplicados no interbancário. Não temos nenhuma idéia sobre a natureza desse

empréstimo. Podem ser créditos da Caixa junto a bancos solventes. Pode ser também uma nova operação de socorro executada por ordem ilegal do BC, e que pode estourar mais à frente em outro rombo.

Brasil Agora: Um dos argumentos principais do governo para defender o auxílio aos bancos é que não teria havido nenhum prejuízo para as finanças públicas. O Banco Central teria usado, no Proer, recursos pertencentes aos próprios banqueiros, temporariamente retidos na chamada "reserva compulsória".

Carlos Eduardo: É um argumento esfarrapado, sem nenhum fundamento técnico. Como já frisei, em qualquer economia moderna o Banco Central tem poder de fazer exigências aos bancos, entre as quais os "depósitos compulsórios". Se o governo argumenta que os recursos são "dos bancos", então é o caso de esclarecer que na verdade o dinheiro pertence aos milhões de brasileiros que têm contas correntes. O "compulsório" nada mais é que uma parte do total depositado nestas contas, retida pelo governo para garantir a execução da política montária — para impedir, por exemplo, que dinheiro demais na economia provoque alta dos preços.

"A Caixa pode estar envolvida nesse instante numa nova operação salva-banqueiro"

Há um outro argumento decisivo. A legislação do Proer não especifica se cada banco beneficiado pode utilizar recursos apenas na proporção do saldo de seus próprios compulsórios. Se um determinado banco utiliza saldos superiores, ele estará aumentando a dívida pública, pois está utilizando recursos que são exigíveis por outros bancos. O Nacional inclusive, quando recebeu dinheiro do Proer, já não tinha depósitos compulsórios — eles haviam sido transferidos ao Unibanco.

Por outro lado, deve-se lembrar sempre que não há dinheiro carimbado. O crédito que o BC dá aos bancos sai de suas reservas, como qualquer outro. O governo está oferecendo empréstimos a banqueiros em um momento de restrição ao crédito para toda a sociedade. O dinheiro poderia estar sendo liberado para outros fins: recuperação do sistema de saúde, educação, infra-estrutura, saneamento. O governo argumenta que não pode liberar dinheiro para estes fins porque haveria problemas macroeconômicos. Do ponto de vista macroeconômico, liberar dinheiro para socorrer os bancos tem o mesmo efeito que financiar a saúde. É um favorecimento a um setor específico da sociedade, portanto.

Brasil Agora: Se a intervenção era de certo modo inevitável, que tipo de contrapartida a sociedade tinha o direito de exigir?

Carlos Eduardo: A primeira é exigir transparência completa da operação. Nes-



Protesto diante do BC em S.Paulo: ação do banco foi orientada para proteger os grandes investidores, às custas de um rombo nas finanças públicas

se caso, não tem sentido falar em sigilo bancário. Primeiro, porque os bancos em questão já estão quebrados, segundo porque as somas envolvidas são superiores ao orçamento de vários ministérios.

É também indispensável adotar algum dispositivo que transfira ao Banco Central parte das ações dos bancos beneficiados pela ajuda estatal. É muito importante insistir nesta questão, porque há no capitalismo brasileiro uma tradição perversa: nas situações "difíceis", o Estado concede subsídios ou empréstimos privilegiados aos empresários. Mais tarde, quando o empresário enriquece com este dinheiro, o Estado não participa da valorização.

Partimos de um princípio oposto. Se o Estado oferece crédito subsidiado, ele tem direito a parte do capital da empresa. Se o Unibanco e o Excel derem lucros, não terá sido também graças à ajuda do Tesouro? Então, o Estado deve ter o direito de se apropriar de parte da valorização que proporcionou a estes bancos.

"É uma crise de concorrência. Quebraram os bancos que tentaram acompanhar ritmo do Bradesco"

Brasil Agora: Quais as causas da crise dos bancos?

Carlos Eduardo: É uma crise capitalista, uma crise da concorrência, onde os setores mais frágeis ou as empresas menos qualificadas quebram e os maiores engolem o mercado. O mercado bancário no Brasil vem mudando muito. De oito anos pra cá, o Bradesco ampliou muito sua posição de liderança no atendimento bancário de massa. Espalhou agências por todo o país, montou uma rede de cobrança que chega, em alguns casos, onde o próprio Banco do Brasil não está. Alguns bancos desistiram de disputar esta faixa: o Itaú, por exemplo, elitizou.

Uma parte dos bancos resolveu disputar o mesmo mercado de varejo do Bradesco. Foi o caso do Bamerindus, Nacional e Econômico. Foram para uma guerra perdida. Tinham menor qualificação tecnológica, menor rede de agências, menor volume de capital. Durante a fase de inflação elevada ainda foi possível acomodar todos os interesses. A participação do setor financeiro no PIB chegou a 14%, contra 6 ou 7% nos países capitalistas centrais.

Quando a inflação baixou, os bancos tiveram que mudar sua estratégia empresarial. Em 94, ganharam uma fortuna com a política cambial do governo. Captaram bilhões de dólares no exterior, converteram em moeda nacional, para emprestar no Brasil, e lucraram duplamente. Suas dívidas em dólares ficaram muito mais baratas em reais, devido à valorização da moeda nacional. Em seguida, os reais obtidos foram aplicados a juros muito superiores ao que custavam os dólares captados no exterior. Como se não bastasse, voltaram a cobrar tarifas por todos os serviços prestados. E ainda aumentaram abruptamente o volume de créditos concedidos, para reforçar o mecanismo que substituíam os ganhos com a inflação.

"Não houve ameaça ao sistema bancário. A esquerda cai numa armadilha, se embarca nesta tese"

Nesta atitude de emprestar "a todo vapor", pesaram mais uma vez as condições de concorrência. O Bradesco pode oferecer dinheiro mais barato. Os piores clientes, que têm menos garantias, vão para os bancos mais frágeis, que cobram mais. Este processo se estendeu até o final de 94. Os bancos emprestaram a pessoas físicas, empresas, agricultores. Veio a crise mexicana, e no início de 95 o governo brasileiro viu-se diante da ameaça de uma

CARLOS EDUARDO DE CARVALHO



AGUIBERTO UIMA/AE

Poder onipresente: beneficiados pela política econômica, bancos chegaram a representar 14% do PIB no Brasil, contra 6 ou 7% nos países capitalistas centrais

crise cambial. As exportações não subiram, as importações estavam explodindo e havia dificuldade de financiamento externo. O governo adota o chamado "pé no breque". Resolve fazer uma política de recessão violenta, para reequilibrar a balança de comércio: impõe uma série de restrições ao crédito bancário, para frear o consumo. Obriga os bancos a restringirem bruscamente os empréstimos.

"A esquerda tem mania de dizer que os bancos vão quebrar. É a mesma tese que o governo está usando"

A inadimplência subiu a um nível absurdo. Ninguém pagava ninguém. A bomba estourou sobre os bancos frágeis, como Econômico, Nacional e Bamerindus.

Brasil Agora: Houve risco de crise geral do sistema bancário?

Carlos Eduardo: Afirmação muito interessante. Existe entre a esquerda uma mania de catástrofe, de dizer que "os bancos vão todos quebrar". É, por ironia, exatamente a mesma tese falsa que o governo está usando. O Brasil nunca viveu nestes momentos uma ameaça de crise bancária generalizada. À medida que o Econômico e o Nacional entravam em crise, o Bradesco e o Citibank, por exemplo, se viam às voltas com um problema inverso: não sabiam o que fazer com tantos depósitos novos.

Um grande número de clientes grandes estava trocando de banco. Os grandes ganharam muito dinheiro em 95. Conseguiram manter até o lucro dos tempos da inflação.

Brasil Agora: Então, porque a obsessão do governo em evitar uma CPI dos bancos?

Carlos Eduardo: Eles não querem deixar transparecer de maneira nenhuma o caráter das ações do Banco Central na crise. Se o público ficar sabendo que o BC

acobertou as dificuldades dos banqueiros, que colocou R\$ 5,9 bi no Nacional sabendo que o banco estava quebrado, isso pode levar à queda da equipe econômica, e atingir diretamente a figura do próprio Fernando Henrique.

Além disso, os membros da CPI poderiam exigir o depoimento de funcionários do BC e dos bancos envolvidos, o que seria perigosíssimo para o governo. Podem vir à tona negócios escusos, porque é evidente que há um vínculo político entre os membros dos bancos envolvidos e o governo FHC.

Brasil Agora: Qual é hoje a situação do Bamerindus?

Carlos Eduardo: Não tenho informação clara sobre isso. O que se diz é que a situação não melhorou. Muita gente no mercado financeiro comentava que o governo ia intervir no Bamerindus antes de intervir no Nacional. Isso não teria ocorrido porque o Bamerindus é muito grande, e não daria para fazer com a família Andrade Vieira o que se fez com os Magalhães Pinto. Os Andrade Vieira têm grande capacidade de articulação política, e há também os interesses da bancada ruralista no Congresso.

"Há um vínculo político evidente entre os membros dos bancos envolvidos e o governo FHC"

Brasil Agora: A crise trouxe para o debate a situação de bancos públicos como o Banco do Brasil, o Banespa e o Banerj. Qual o papel deles no sistema bancário?

Carlos Eduardo: A política do governo é promover uma divisão entre os bancos públicos. Querem liquidar os bancos estaduais, enquanto usam os federais para acalmar a crise dos bancos privados.

Tanto a Caixa Econômica Federal (CEF) quanto o Banco do Brasil (BB) deram ao Nacional e ao Econômico mui-

to mais créditos do que a lei permite. Pela legislação brasileira, nenhum banco pode emprestar a um único cliente um valor superior a 30% do seu patrimônio líquido. Dizem, no entanto, que a CEF, empenhou no Econômico e no Nacional R\$ 2 ou 3 bilhões — quando seu patrimônio é de R\$ 2 bi. O BB tinha R\$ 3,5 bi num banco quebrado como o Nacional. É um absurdo, e só acontece se há ordem expressa do governo.

"A bomba estourou sobre os bancos frágeis. A situação do Bamerindus continua muito difícil"

Brasil Agora: Fala-se que a venda do Nacional ao Unibanco foi feita em condições de grande vantagem para o último.

Carlos Eduardo: Temos informações de que a venda da parte boa do Nacional ao Unibanco foi feita muito abaixo do valor de mercado, embora não seja possível fazer uma avaliação segura, porque não foram divulgadas informações precisas.

Ainda assim, vale fazer algumas contas interessantes. O Unibanco comprou um banco com ativos em torno de 7 bilhões de reais. Calcula-se que a rentabilidade média de um banco é de 2% ao ano sobre o valor dos ativos. O lucro do Nacional deveria girar, portanto, em torno de 140 milhões de reais ao ano.

"A dívida interna está levando a uma crise social que nem a grande imprensa esconde mais"

Como o lucro de um banco equivale em geral a 8% do patrimônio, pode-se acreditar que o Nacional valia R\$ 1,2 bilhão. Ele foi vendido pelo BC por apenas R\$ 700 milhões. Deve-se frisar que o Unibanco levou, por esse valor, outras empresas, além do banco: a empresa de cartões de crédito, que é a terceira do mercado; e a seguradora, duas vezes maior que a do próprio Unibanco. É preciso investigar com rigor. Ao que parece, foi um negócio altamente favorecido para o Unibanco.

Brasil Agora: Você tem feito afirmações polêmicas sobre a conjuntura econômica. No plano imediato, a situação do Real seria confortável. A médio prazo, estariam se avolumando problemas graves, problemas fiscais.

Carlos Eduardo: Do ponto de vista dos indicadores econômicos estruturais, eu me arriscaria a dizer que março de 96 foi o melhor momento do Real. A inflação está muito baixa, a situação externa excelente, a balança comercial sob controle, a economia cresceu em compasso lento.

O que está vindo à tona agora são os problemas de médio prazo, muito graves. Primeiro, o da dívida interna, que explodiu desde o início do plano, consome uma massa enorme de recursos e reduz bastante a capacidade de investir em infraestrutura e em programas sociais. Para realmente aliviar o peso das despesas finan-

ceiras do Tesouro, a queda nas taxas de juros precisaria ser muito maior do que a Fazenda admite. É um ponto bastante vulnerável para o governo: na área social, os problemas estão ficando cada vez mais difíceis de esconder, mesmo com toda a condescendência da grande imprensa. O mais assustador é que não há nada no horizonte do governo que alivie as contas públicas. Há, ao contrário, um complicador: um ano eleitoral e de votações no Congresso, que têm sido marcadas por uma prática de fisiologismo escancarado.

"Forma-se um cenário de médio prazo marcado crescimento econômico medíocre ou estagnação"

Também começam a se agravar dramas de médio prazo nas áreas do emprego e da balança comercial. As importações brasileiras estão crescendo muito, enquanto as exportações aumentam de forma muito tímida. Se a economia cresce um pouco, com alta de consumo, estoura a balança comercial, nós estamos sob a ameaça de uma situação em que se a economia cresce um pouco, estoura a balança comercial. Isso gera um cenário muito ruim a médio prazo, marcado por crescimento econômico medíocre ou estagnação. Para o Brasil, crescer 3% ao ano a médio prazo é um desastre social.

Brasil Agora: Por que, nesse cenário internacional favorável, o governo insiste em manter uma taxa de juros muito alta?

Carlos Eduardo: O medo principal deles é que se baixarem muito as taxas, o capital externo pára de fluir para o Brasil. As reservas internacionais caem e o governo perde a grande âncora do plano, que é a solidez do quadro externo.

Brasil Agora: Então o preço de manter uma situação externa "favorável" é pagar juros de agiota aos investidores internacionais.

Carlos Eduardo: Nos termos do capitalismo, a situação é favorável para manter este esquema de estabilização econômica. Para os rentistas e os grandes empresários, é uma ótima.

"Os cálculos indicam que o Nacional valia R\$ 1,2 bi. O BC entregou ao Unibanco por R\$ 700 milhões"

Brasil Agora: A médio prazo, que tipo de modelo de desenvolvimento esta política sugere?

Carlos Eduardo Carvalho: Concentração de renda. Deterioração financeira do setor público a um nível que é difícil imaginar, principalmente devido ao pagamento de juros. Integração externa cada vez maior. É o que todos chamam de "consenso de Washington", na sua versão brasileira.

ENTREVISTA A ANTONIO MARTINS E JOSÉ CORRÊA LEITE*
*EDITOR DO JORNAL "EM TEMPO"

TIRO PELA CULATRA

Surgem sinais de que o massacre do Pará pode acabar reforçando a luta pela reforma agrária — ao contrário do que queriam os latifundiários e FHC

Encravada num dos andares do Instituto Sedes Sapientae (um centro de estudos da Igreja progressista na Zona Oeste de S. Paulo), a pequena sala de reuniões da sede nacional do MST é uma espécie de símbolo em três dimensões dos ideais que animam os sem-terra. Tinta branca sobre blocos de cimento liso, no estilo funcional e despojado que marcou os anos 70, as paredes ostentam, nesse 26 de abril, a bandeira do movimento atravessada por uma tarja negra; cartazes alusivos ao Ano Internacional dos Povos Indígenas, escritos em inglês, espanhol e num dialeto africano; um mapa dos quilombos brasileiros; e, alumínio escovado sobre madeira, a placa com o prêmio que a organização recebeu do Unicef pelo trabalho “Por uma escola pública de qualidade nas áreas de assentamento”.

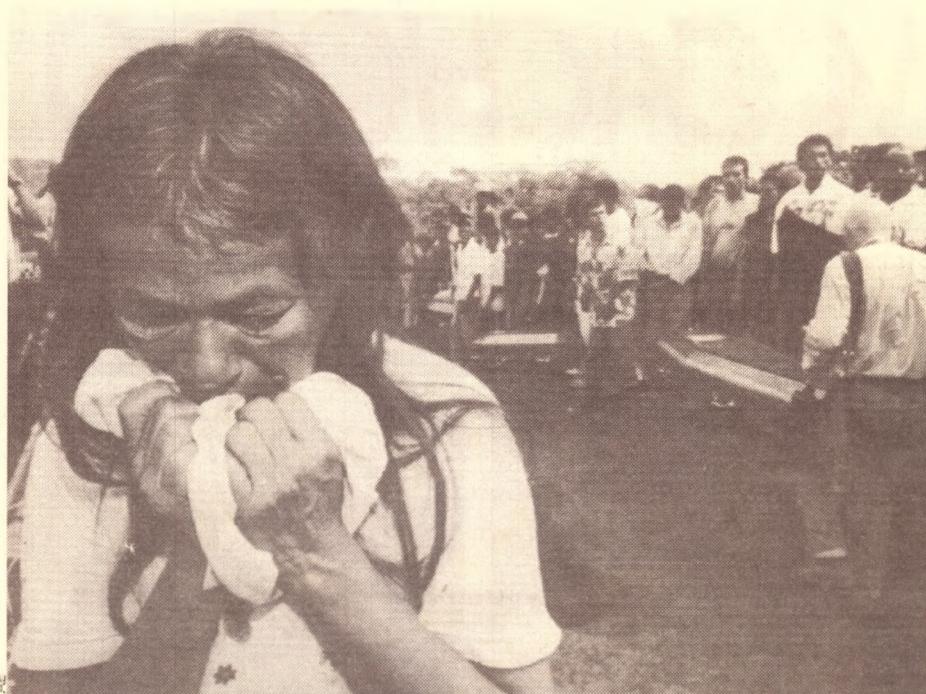
Desde 95, MST prepara-se para enfrentar governo mais forte, que tem amplo apoio das elites

Há quase uma hora, Neuri Rossetto fala a *Brasil Agora*, sentado diante desta moldura. Já expôs, em detalhes, a flexão tática que o movimento adotou, com êxito, para impedir que o governo neoliberal detivesse a luta pela reforma agrária. Já frisou que, segundo as avaliações iniciais, o massacre de Eldorado dos Carajás (PA) não reduzirá o ímpeto das ocupações de terra, impulsionadas pela própria crise no campo. Agora, Neuri encontra as palavras que resumem a diferença de atitudes entre o MST e alguns movimentos sociais que parecem adormecidos — ou domesticados — desde o início do mandato de FHC. “Para nós”, diz este catarinense de 34 anos, “a vitória do neoliberalismo não são favas contadas. Não desistimos de procurar as brechas que nos permitam derrotá-lo”.

Movimento não se deixa domesticar pelo neoliberalismo e encontra uma saída: as grandes ocupações

O dirigente do MST detalha. As bases para a ofensiva política que o movimento vem desencadeando em favor da reforma agrária foram lançadas num Congresso e num Encontro do movimento, realizados em 95. Não foram reuniões para cumprir calendário. As conclusões extraídas dos





Duas mil famílias lutam pela terra em Macaxeira (PA) e em Xingó (SE). Em Rio Bonito do Iguacu (PR), já são 3 mil

Ao invés de se retrair diante da dificuldade, o MST lançou uma cartada maior. Seus dirigentes sabiam que a reforma agrária havia se transformado, após anos de lutas pela terra, numa bandeira com amplo respaldo entre a sociedade. Para transformar este sentimento numa onda de solidariedade ativa, decidiram lançar a estratégia das *grandes ocupações*. Neuri prossegue: “Ao invés de estimular pequenos movimentos, que poderiam ser derrotados sem alarde pelo latifúndio e pelo poder local, passamos a sugerir aos trabalhadores que desencadeassem, em conjunto, ações maiores. Uma ocupação que envolve alguns milhares de sem-terra transforma-se num fato de repercussão nacional, que não pode ser desfeito com a penada de juiz”.

Um motor empurra os trabalhadores para frente: é a crise no campo, que o neoliberalismo provocou.

Surpresa: após massacre no Pará, cresce o número de assentados, em várias regiões

A nova tática começou a transformar-se em realidade já em 95. Em novembro, cerca de 2 mil famílias — um número recorde — iniciaram a ocupação emblemática da Fazenda Macaxeira, numa região do Pará marcada pela tensão fundiária: enormes levas de migrantes chegam todos os anos do Norte e do Nordeste mas não podem trabalhar a terra, monopolizada pelo latifúndio. Em março deste ano, as ocupações massivas chegaram ao Nordeste. Duas mil famílias, de Sergipe e de Alagoas, entraram em terras próximas à Hidrelétrica de Xingó. Conquistaram a simpatia tanto do movimento popular quanto de diversos prefeitos da região. Em abril foi a vez do Sul: uma multidão de três mil famílias internou-se numa fazenda em Rio Bonito do Iguacu (PR), a cerca de 300 quilômetros de Curitiba.

O dirigente do MST avisa: ninguém deve se surpreender com novas ocupações

Neuri arrisca um palpite: “Ninguém deve se surpreender se novas ocupações massivas voltarem a ocorrer nas próximas

semanas e meses”. De olho atento aos problemas da conjuntura, ele explica: “Ao contrário do que se pensa, o próprio neoliberalismo desencadeia novas lutas, quando há uma liderança sensível aos dramas do povo”.

É fácil compreender o raciocínio. A concorrência predatória dos produtos agrícolas importados, após a abertura comercial indiscriminada e as dificuldades de crédito cada vez maiores enfrentadas pelos pequenos agricultores estão levando regiões do interior ao desastre econômico. No Rio Grande do Sul, a agricultura familiar foi golpeada pela entrada de alimentos produzidos em outros países do Mercosul, quase sempre por grandes corporações multinacionais. Na Zona da Mata do Nordeste, a crise da agroindústria canavieira está lançando milhares de trabalhadores na rua da amargura. No sul da Bahia, o caos social é provocado pela quebra na produção de cacau, também devida, entre outros fatores, a importações predatórias. “Como ninguém quer sofrer calado, a situação pode ser o estopim de novas lutas”, avisa o dirigente do MST.

Pelo menos por um instante, o presidente da República viu no massacre de Eldorado dos Carajás (PA) uma forma de frear as ocupações de terra que põem em xeque o caráter anti-social de seu programa de governo. “Espero que agora este pessoal tenha mais cuidado”, disse ele, com cinismo, segundo a imprensa diária, poucas horas depois de consumada a tragédia.

As primeiras informações indicam que esta previsão funesta pode estar tão furada quanto a crença dos que viam em FHC um presidente com sensibilidade para os problemas sociais. Na arena política nacional a ação da PM do Pará colocou, como se sabe, o governo e o PSDB em visível situação de defensiva. No burburinho dos assentamentos, indicam os dados recolhidos até agora por Neuri, a chacina foi vista como uma espécie de desafio, ao qual é preciso responder com serenidade mas também com firmeza. E entre a multidão dos excluídos do campo, os primeiros sinais são de que a ampla divulgação dos fatos pela TV ajudou a propagandear a reforma agrária como alternativa para os que já perderam a esperança na ação dos poderosos. “A própria TV mostrou entrevistas com famílias de vários Estados do Norte e Nordeste que falavam em rumar para Macaxeira”, diz o dirigente do MST. E arremata com uma informação tão inédita quanto animadora: “No Paraná, dezenas de novas famílias procuraram, após o massacre de Eldorado dos Carajás, o acampamento de Rio Bonito”.

ANTÔNIO MARTINS



À esquerda: moradores da favela Heliópolis, em São Paulo, inscrevem-se para batalhar pela reforma agrária. É mais um desdobramento do esforço para promover grandes ocupações. Em cima: Familiar de uma das vítimas chora após massacre no Pará, que FHC comentou com cinismo. Ao centro e embaixo: trabalhadores protestam e a luta segue em frente: tiro pode sair pela culatra

NO MATO E SEM CACHORRO

Num país humilhado e enfraquecido, a alternativa ao autoritarismo de Yeltsin é o programa tímido e contraditório proposto pelo PC

Ao contrário das recentes eleições parlamentares, as eleições presidenciais da Rússia, marcadas para julho, podem afetar diretamente o poder político. O golpe de Estado sangrento de Yeltsin em outubro de 93 reduziu o parlamento a uma câmara consultiva. Por isso, as eleições parlamentares, que duas vezes registraram larga oposição popular à terapia de choque imposta nos últimos anos pelo Kremlin, não tiveram nenhum efeito perceptível na política.

O objetivo de 1993 foi livrar o governo do controle popular. Numa linha puramente stalinista, os ideólogos do livre mercado argumentaram por longo tempo que a transição da economia planejada requeria um "Poder Executivo forte e independente". De fato, até as últimas eleições parlamentares em dezembro de 95, as especulações, muitas delas vindas dos círculos presidenciais, eram de que as eleições não ocorreriam. Neste sentido, as eleições de dezembro foram um teste de opinião pública e elas, finalmente, venceram Yeltsin de que ele teria uma chance de vitória.

Aliados de Yeltsin especulavam que não haveria eleições. Em dezembro, viram uma chance de vencer

Nas eleições de dezembro, o Partido Comunista e seus aliados receberam 28% dos votos na lista partidária. Isso foi apenas sete pontos a mais do que em dezembro de 93, a despeito do declínio contínuo da economia desde então e da queda (de 24,2% para 11,1%) na votação do chauvinista Jirinovsky, que compete na mesma faixa do PC pelo voto nacionalista. Não foi um resultado muito brilhante. Os comunistas podem ter chegado ao limite do seu apoio. Por outro lado, o voto liberal, que poderia apoiar Yeltsin para presidente, esteve em torno de 22% — não muito atrás da oposição. O resto do eleitorado votou para os numerosos partidos centristas, nenhum dos quais atingiu os 5% necessários para entrar na distribuição de cadeiras das listas partidárias.

Yeltsin aparentemente concluiu que poderia chegar ao segundo turno contra os comunistas e, então, conquistar um segundo mandato defendido por eleitores do centro e por apoiadores de Jirinovsky

— seu aliado, no Parlamento, em todas as questões importantes. Yeltsin também conta com recursos políticos não acessíveis a seus oponentes. Controla o orçamento do Estado, terá o apoio financeiro da maior parte da nova burguesia russa, e tem acesso privilegiado aos meios de comunicação de massa, especialmente os eletrônicos, quase sempre favoráveis a ele.

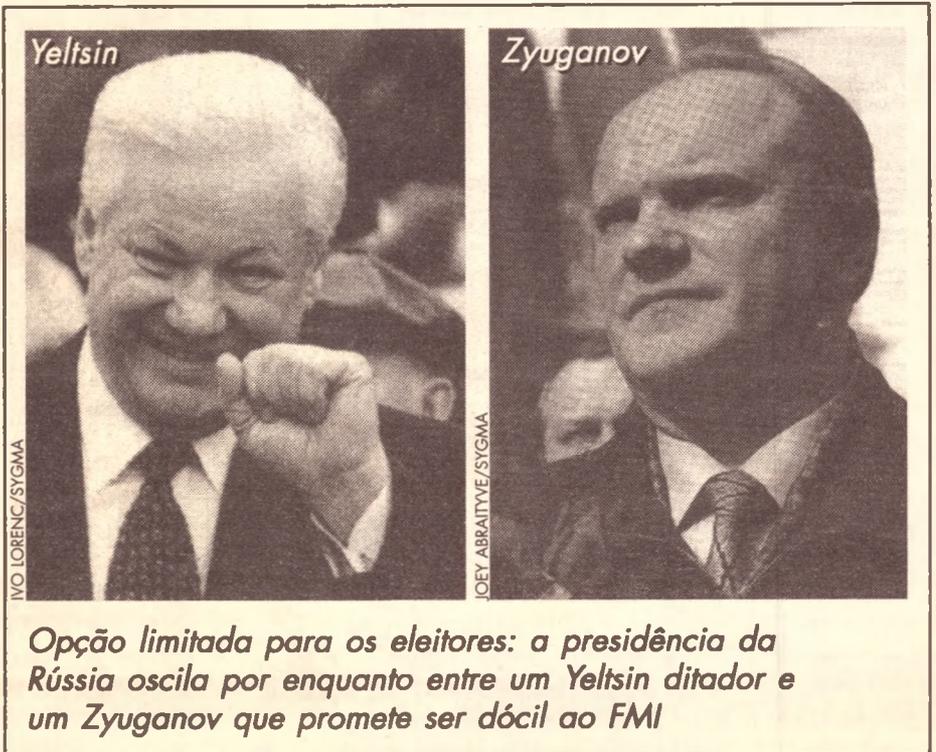
Dos muitos candidatos declarados, apenas quatro são considerados sérios. O economista Grigori Yavilinsky aparece como uma versão mais atenuada e democrática de Yeltsin. Um ex-comandante do Exército, Aleksander Lebed, ocupa uma posição análoga em relação a Zyuganov. Mas de fato apenas Yeltsin e Zyuganov apresentam chances reais.

O Partido Comunista da Federação Russa, ao contrário dos outros partidos que estiveram no poder na Europa Oriental, não abandonou o rótulo "comunista". Entretanto, sob a liderança de um ex-funcionário do Comitê Central, Guenadi Zyuganov, ele é mais um laço com o passado de grande potência da União Soviética do que com o passado socialista que foi destruído. No discurso de Zyuganov, os itens chaves são: o "status" da Rússia e a "espiritualidade", mais do que justiça social e democracia popular genuína.

A plataforma eleitoral de Zyuganov é vaga e freqüentemente contraditória. Ele quer a restauração da União Soviética, mas sem coerção. O Estado deveria defender os russos que moram nas outras ex-repúblicas soviéticas, cujos direitos são violados. A Rússia sob Yeltsin, diz o PC, é subserviente à influência ocidental. O partido se opôs à guerra de Yeltsin na Chechênia, enquanto insistia na integridade do Estado russo.

Movimento dos trabalhadores está em baixa: falta uma força disposta a lutar pelo socialismo

Economicamente, propõe que a Rússia percorra seu próprio caminho de acordo com sua cultura e tradição coletivistas. Mas Zyuganov não pede um "retorno ao socialismo". Mesmo assim ele promete restaurar todas as proteções sociais que existiam sob o velho regime: pleno emprego, educação, habitação e saúde gratuitos, etc. Ele é a favor de uma economia



Opção limitada para os eleitores: a presidência da Rússia oscila por enquanto entre um Yeltsin ditador e um Zyuganov que promete ser dócil ao FMI

"multi-estruturada" na qual todas as formas de propriedade têm lugar legítimo, se são úteis. Ele não usa a palavra nacionalização, mas seu partido pede a revisão dos processos de privatização nos quais houve corrupção — a vasta maioria, sabem todos. Ao mesmo tempo, Zyuganov se esforçou para assegurar aos proprietários privados que nada terão a perder, se conduzirem suas empresas com consciência. A lista eleitoral do partido das eleições parlamentares em dezembro de 95 incluía alguns empresários.

Entre as armas do atual presidente estão o orçamento, o apoio da mídia e o dinheiro da nova burguesia

Zyuganov promete garantir as liberdades civis e a democracia. O Partido Comunista apoiou o parlamento no golpe de outubro de 93, mas não questionou abertamente, em seguida, a legitimidade do regime estabelecido pela constituição de Yeltsin (adotada através de voto falsificado). Enquanto o partido propôs o retorno do "poder soviético" — ou seja, o controle parlamentar do Executivo, Zyuganov mais tarde afirmou que a situação de crise requer uma autoridade executiva forte como medida temporária.

Qual é o real programa de Zyuganov? Provavelmente somente ele sabe suas reais intenções, mas o que de fato fará, se eleito, depende muito da correlação de forças políticas no país — especialmente do grau de autonomia e influência política que tiver sido alcançado pela nova burguesia. O fato das eleições ocorrerem, a

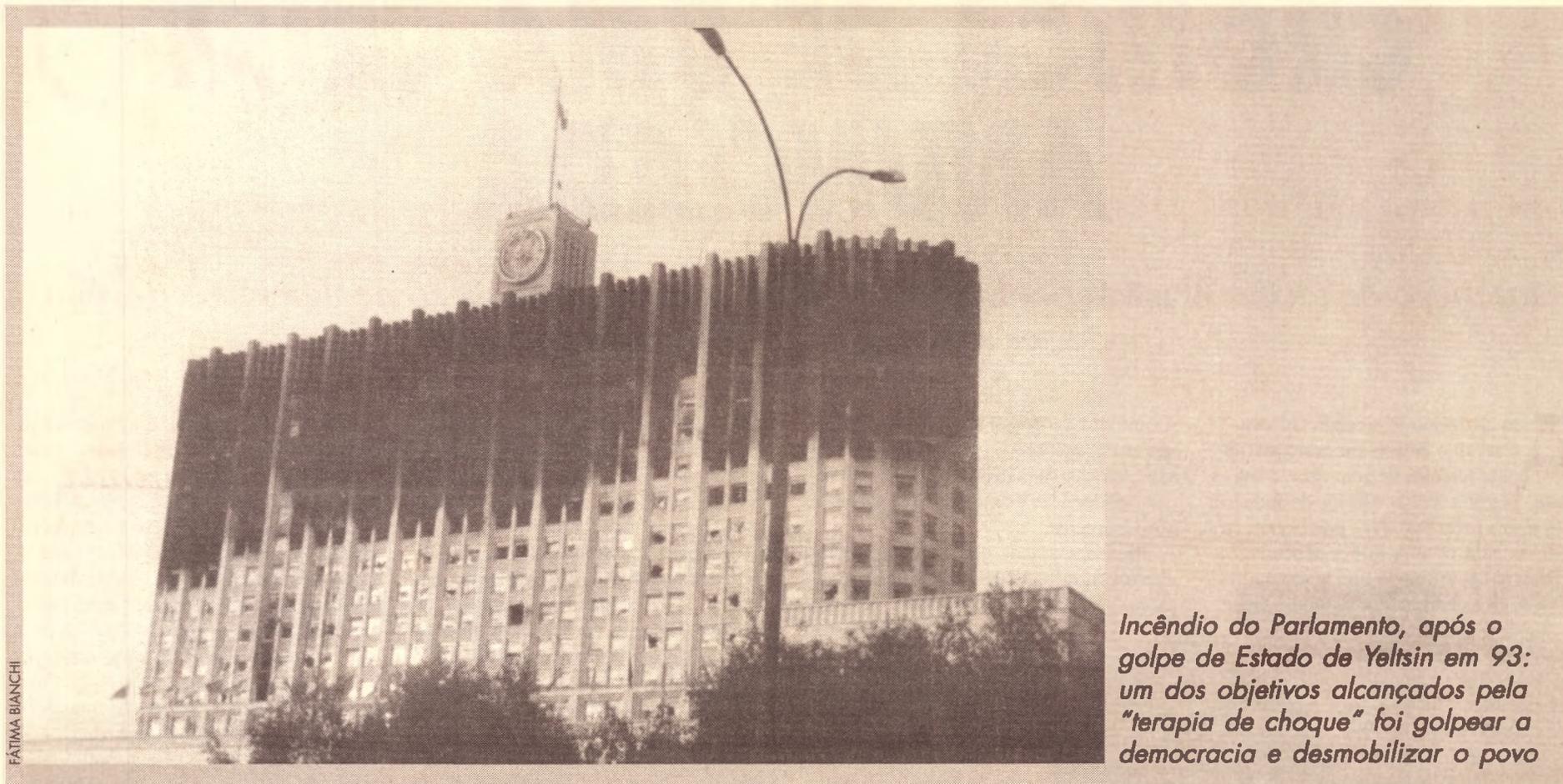
despeito do clima de incerteza em que foram convocadas, pode ser visto como uma indicação de que essa classe em formação julga-se suficientemente segura para tolerar a alternância de líderes políticos. Isso poderia significar, como alguns acreditam, que Zyuganov representa apenas uma facção diferente da burguesia em formação, — aquela que é mais orientada em direção ao mercado interno, hoje profundamente deprimido.

Sem abandonar título de "comunista", Zyuganov defende programa contraditório e social-democracia

Uma coisa ao menos é clara. Zyuganov não representa os interesses da classe trabalhadora ou uma saída socialista. O movimento dos trabalhadores, que sozinho poderia garantir a base social para tal alternativa, está fraco e carece de qualquer corrente socialista influente. O próprio Partido Comunista fez poucos esforços sistemáticos para construir uma base nos movimentos dos trabalhadores.

Embora recuse o termo social-democrata tão prontamente abraçado pelos ex-partidos comunistas do Leste, Zyuganov, na prática, defende um capitalismo com algumas proteções sociais (praticamente eliminadas sob a "terapia de choque"); uma política de Estado mais intervencionista, para garantir maior proteção à indústria e à agricultura russas em relação ao mercado mundial; e um setor estatal forte. Sua presença provavelmente iria promover algumas melhoras na situação econômica da massa da população, limi-

RÚSSIA



Incêndio do Parlamento, após o golpe de Estado de Yeltsin em 93: um dos objetivos alcançados pela "terapia de choque" foi golpear a democracia e desmobilizar o povo

tadas, no entanto, pela pressão do capital internacional (O G-7 e suas instituições financeiras, o FMI, o Banco Mundial, etc) e pela lógica da própria transição capitalista. O que iria ocorrer com a democracia é a dúvida de todo mundo — mas provavelmente Zyuganov não faria pior que a "ditadura soft" de Yeltsin, responsável pela morte de mais de 30 mil civis na Chechênia, além de outras centenas, no assalto ao Parlamento em Outubro de 93. Ainda assim, os apoiadores de Yeltsin falam na "ameaça totalitária" de um presidente comunista.

Há quem creia que o PC representa um setor da burguesia: voltado para o mercado interno

Sob a presidência de Yeltsin, a vasta maioria da população viu um declínio agudo nos padrões de vida (salários reais valem 1/3 do que eram no início da "terapia de choque") e a perda de segurança econômica. O desemprego está acima dos 20% e a proteção social foi radicalmente dissolvida. A privatização é vista comumente como a "mamata do século". A corrupção na burocracia do Estado é mais espalhada que sob o velho regime e o crime na sociedade explodiu. Ao mesmo tempo, o desmantelamento da antes poderosa União Soviética transformou os 30 milhões de russos que moram fora da Rússia em minorias étnicas, que freqüentemente se vêem como vítimas da opressão promovidas pelos Estados recém-criados. A Rússia está sendo desindustrializada, inundada pelos bens e cultura estrangeiras. Muitos cidadãos russos vêem esse fenômeno como

uma humilhação nacional.

Yeltsin centrou sua campanha em alguns itens. Prometeu, antes de tudo, acabar até o fim de março com os atrasos nos salários e pensões. Embora ele culpe os diretores e burocratas corruptos pelo atraso, de fato atrasar os salários tem sido parte integral de sua política monetarista, que resulta em roubo estatal contra os trabalhadores (quando pagos, os salários e pensões não são corrigidos pela inflação). Quase todas as ações coletivas dos trabalhadores nos últimos 18 meses foram para exigir os salários de trabalhos já realizados. Até agora, Yeltsin está longe de ter alcançado o seu objetivo. Mas pode alcançá-lo antes das eleições, se as organizações financeiras internacionais demonstrarem alguma compreensão. Mesmo receber salários miseráveis na data certa constituiria uma melhora significativa para muitos trabalhadores.

Transição capitalista comeu 2/3 dos salários, desempregou 20% e fez da privatização a "mamata do século"

Outra promessa foi acabar com a guerra na Chechênia, o que é claramente irrealizável. Entretanto, Yeltsin está trabalhando duro para uma maior integração com as outras ex-repúblicas soviéticas, especialmente Bielorrússia, Cazaquistão e Kirguistão — e talvez Ucrânia. Isso vai, com certeza, expandir sua popularidade, já que a vasta maioria da população rejeita a dissolução da União Soviética. Em outros itens, Yeltsin tomou ações quase sempre simbólicas: depois das eleições de dezembro demitiu o ministro encarrega-

do da privatização. Haverá, provavelmente, algumas "punições exemplares", amplamente propagandeadas, para casos de corrupção, e talvez algumas renacionalizações. Yeltsin também prometeu reorganizar a política econômica para as necessidades sociais e garantir maior apoio para a indústria nos seus esforços de reestruturação. Isso é altamente improvável, exceto em caráter simbólico. Até agora, pelo menos, não houve melhora substantiva na "terapia de choque". A produção industrial e o PIB continuaram a cair nos primeiros meses de 96.

Yeltsin, que provocou 30 mil mortes na Chechênia, acusa adversário de representar "ameaça totalitária"

Em outros países a performance medíocre do governo (ao menos do ponto de vista da massa da população) seria um obstáculo intransponível à reeleição. Mas Yeltsin está apostando que na escolha entre um "demônio conhecido", que está mostrando alguns sinais de reformar a si mesmo, e um candidato com laços com o passado totalitário, o "campo centrista" e os apoiadores de Jirinsky vão optar pelo "demônio conhecido". Por causa de sua própria história, os russos freqüentemente reagem conservadoramente à insegurança, sabendo que as coisas poderiam ser "piores" (como freqüentemente foram no passado: hoje, Brejnev parece bom para muitas pessoas).

O resultado ainda não pode ser previsto. Prosseguem, vindas a partir dos apoiadores de Yeltsin, as especulações

segundo as quais as eleições poderiam ser adiadas ou canceladas se sobreviesse uma "emergência". Há também a possibilidade de que as eleições sejam anuladas, uma vez que os eleitores têm a opção de votar "contra todos" os candidatos no 2º turno, e a votação do vencedor precisa ser maior que os votos "contra todos".

Incapaz de esconder fracassos, presidente busca reeleição apresentando-se como o "mal menor"

Uma coisa parece certa: no atual estado de desmobilização popular (que foi um dos objetivos políticos da "terapia de choque") e na ausência de uma alternativa legítima a Yeltsin, as consequências, em qualquer caso, não deverão trazer algum impacto positivo para a situação da massa da população. É o que se pode concluir da recente experiência dos países da Europa Oriental, embora seja sempre lembrado que a Rússia é diferente. É claro, dada a história da Rússia, que a própria realização de eleições mais ou menos honestas e a aceitação de resultado como legítimo podem se constituir em progresso, apesar de modesto.

DAVID MANDEL
PROFESSOR DE CIÊNCIA POLÍTICA DA UNIVERSIDADE DO QUEBEC, NO CANADÁ. ESTUDIOSO E MILITANTE DAS LUTAS DOS TRABALHADORES RUSSOS HÁ MAIS DE UMA DÉCADA. AUTOR DE OS TRABALHADORES DE PETROGRADO E A QUEDA DO VELHO REGIME, DE 1983, OS TRABALHADORES DE PETROGRADO E O APARELHO SOVIÉTICO NO PODER, DE 1984, E A PEDESTROIKA E O POVO SOVIÉTICO, DE 1991

CRÔNICA DE UMA CRISE ANUNCIADA

Intenção de fechar Brasil Agora frustra um projeto de resistência ao neoliberalismo e não pode ser atribuída a problemas financeiros

Em 28 de março, quando Gilberto de Carvalho entrou em nossa redação pela terceira vez em doze meses e pisou a velha escada de madeira quase sem fazer barulho e precisou de três rodeios para revelar que a executiva do PT havia determinado que nenhuma matéria de **Brasil Agora** sairia sem a sua leitura prévia e o seu "aval", soubemos que a curta caminhada tinha chegado a um impasse. Um ano antes, quando ainda não era secretário de Comunicação do PT, Gilberto havia sido o incentivador mais destacado do relançamento do jornal. Se completava agora uma guinada de 180 graus, era porque o núcleo dirigente do partido havia decidido consumir a ameaça explícita feita em outubro de 95: a de desencadear "uma crise política" caso insistíssemos em manter a independência editorial da publicação. Agora as cartas estavam todas na mesa: ficava claro que por trás dos argumentos sobre a "inviabilidade financeira" do jornal havia a intolerância com uma imprensa sem tutelas.

Gilberto subiu a velha escada de madeira quase sem fazer barulho, e precisou de três rodeios para anunciar a intervenção

Era um risco que havia sido calculado desde o início, e que valeu a pena correr. Abandonamos conscientemente outros projetos políticos quando assumimos o jornal. Sabíamos que construir uma imprensa disposta à investigação profunda da realidade brasileira e ao debate dos impasses da esquerda é uma das tarefas indispensáveis para enfrentar a grande dianteira que os conservadores conquistaram no terreno da luta de idéias. Observávamos que a unanimidade cinzenta dos jornalões em torno do neoliberalismo abre, como nos tempos da ditadura, espaço para publicações independentes e polêmicas. E mesmo conhecendo a complicada histó-

ria anterior de **Brasil Agora**, julgávamos que o PT, por seu passado de rebeldia e sua condição de maior partido anti-governista, poderia ser a base principal para esta nova imprensa.

Menosprezamos, como todos os aventureiros, as dificuldades objetivas. As condições de trabalho eram o oposto da abundância que caracterizou a primeira fase do jornal, quando desaguavam nele 20% dos repasses feitos ao PT pela bancada de deputados federais. Agora a redação resumia-se na prática a um editor e uma repórter, operando computadores inconfiáveis nos fundos de um sobrado do Bexiga que Luiz Eduardo Greenhalgh cedeu por amor à causa. Não havia nem banco de dados, nem fotógrafo, nem verba para viagens, nem direito de contratar free-lancers. Os salários, fixados em cerca de 1/3 da média "de mercado" calculada pelo Sindicato dos Jornalistas de S. Paulo, eram pagos com até três meses de atraso.

E ainda assim a teimosia deu frutos. **Brasil Agora** enfrentou com criatividade alguns dos principais movimentos que marcaram a cena política brasileira no período em que funcionou. Desconheceu os palpites que se queixavam do "espaço muito grande" dado aos sem-terra e revelou, já em agosto de 95, que o MST preparava uma onda de grandes ocupações. Ajudou a popularizar a compreensão de temas intrincados, como os riscos de desindustrialização sob o Real e a reforma tributária de mentira proposta por FHC. Mergulhou em debates indispensáveis para a renovação da esquerda, como a crise do sindicalismo. E também abriu espaço para assuntos às vezes desprezados pelos militantes progressistas, como o rodízio de automóveis nas cidades, os protestos contra os testes nucleares, os encontros de gays e lésbicas e o campeonato nacional de futebol.

Se não tivesse havido outras compensações, duas bastariam para justificar o esforço empreendido: o carinho que os mi-

litantes do movimento popular dispensavam ao jornal e o grande número de intelectuais que estas páginas reuniram. Durante a greve histórica de 95, os petroleiros de Cubatão e de Paulínia convidaram **Brasil Agora** a participar de assembleias que discutiam problemas internos do movimento, e eram proibidas a todos os jornalões. E só foi possível acompanhar com precisão os temas mais relevantes porque a idéia de resgatar a imprensa popular motivou a colaboração de gente como Frei Betto, Igor Fuser, Jacob Gorender, José Genoíno, Plínio de Arruda Sampaio, Raimundo Pereira, Ricardo Antunes, Sérgio Mamberti e Tarso Genro, entre tantos outros.

Julgávamos que o PT, por seu passado de rebeldia, poderia liderar a construção de um jornal de resistência ao neoliberalismo

Ninguém no jornal se satisfez com estes êxitos. A direção e a redação estavam unidas numa estratégia que consistia em "tirar o jornal da UTI", num primeiro momento, para logo em seguida iniciar a construção de uma imprensa capaz de fato de contrapor-se à ofensiva conservadora. Por volta de julho de 95 ficou claro que era inadiável passar de uma etapa à outra. O número de assinaturas crescia. Em abril, a receita gerada por elas cobria apenas 18,3% do custo operacional. Quatro meses depois, o percentual havia pulado para 52,2%. Mas não havia recursos para a ampliação de que o jornal necessitava.

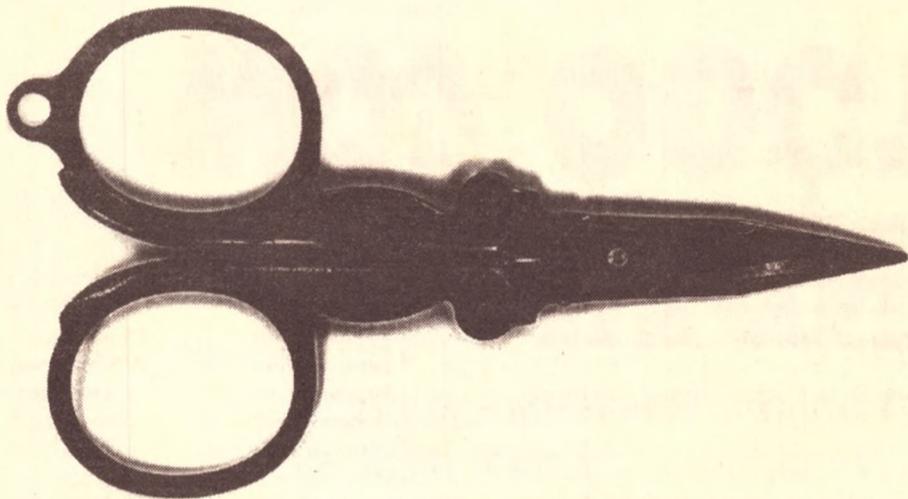
A única saída para **Brasil Agora** era um salto para frente. Inspirada nesta cer-

teza, a equipe lançou-se na elaboração de um novo projeto, cujas bases foram publicadas na edição número 74 — ironicamente, a última que chegou às mãos de nossos leitores. A idéia de fundo era fazer do jornal uma alternativa de imprensa ao neoliberalismo, em torno da qual poderiam se reunir diversas forças políticas de esquerda. A periodicidade deveria passar a semanal. Haveria espaço cada vez maior para a reportagem e a notícia inédita. Paralelamente ao jornal de papel circulariam uma edição via Internet, feita em colaboração com a Agência Latini-americana de Notícias, e um serviço noticioso capaz de alimentar com matérias de grande atualidade e relevância as rádios livres e a imprensa dos sindicatos e dos movimentos populares. O plano abordava com destaque as questões de financiamento e administração. Os investimentos necessários para entrar na nova fase seriam captados através de uma campanha de venda de quotas que um partido com as dimensões e o poder do PT não teria qualquer dificuldade em liderar.

Apesar dos recursos ínfimos, jornal ajudou a enfrentar conjuntura difícil, e abriu espaço para temas que a esquerda costuma desprezar

A imprensa radicalmente democrática sem a qual não se enfrentará o conservadorismo é, no entanto, um caldeirão borbulhante de investigação, idéias e polêmicas. E a partir de outubro ficou claro que o núcleo dirigente do partido preferia, a um ambiente assim, a calmaria modorrenta do jornalismo domesticado, das relações públicas e dos di-





ários oficiais. O estopim da crise foi a edição 74, que trazia como capa entrevista com o líder do MST João Pedro Stédile.

Em certo momento, ficou claro: era preciso chegar à periodicidade semanal e lançar serviço noticioso paralelo, via Internet

Ao contrário do que havia ocorrido em outras fases do jornal, **Brasil Agora** jamais havia aberto espaço, a partir do relançamento, às disputas entre correntes ou às intrigas internas dos partidos progressistas. Não podia, porém, furtar-se aos fatos. Era a época da polêmica em torno da constituição da nova executiva do PT, que se arrastou por meses e mereceu grande destaque de todos os jornais. Decidimos dar a ela tratamento discreto, já que havia assuntos muito mais relevantes. Mas ignorar o tema seria a desmoralização de um órgão reconhecidamente ligado ao partido. Pautamos uma página com dois artigos: um redigido por Gilberto Carvalho para o boletim "Linha Direta" e outro escrito por integrantes da chapa "Socialismo e Democracia" especialmente para **Brasil Agora**.

Questão financeira foi estudada em detalhe. Plano previa captar recursos lançando entre apoiadores quotas de participação

Foi o pretexto para um terremoto. No último dia do fechamento da edição, Chico Macena, um integrante do círculo de relações do presidente do PT, José Dirceu, tentou constranger o jornal a suprimir o tema. O método foi o da ameaça. Em telefonema ao editor, Macena garantiu que havia "levado a Zé Dirceu" a notícia dos artigos, e que ouvira, em resposta, a "orientação" de não publicar. Macena fez questão de ser explícito: "o Zé mandou avisar que se esta matéria sair vai haver crise política".

Havia no partido quem preferisse a calma do jornalismo domesticado, das relações públicas e dos diários oficiais

Só ele e o próprio presidente do PT poderão esclarecer, um dia, se a "ordem"

existiu de fato ou foi inventada. Já a crise, esta ninguém nega que ocorreu. Reagimos à ameaça com a única atitude que seria digna: ignoramos por completo e mantivemos a pauta. Começou em seguida um processo de estrangulamento financeiro do jornal. Os repasses mensais, que oscilavam em torno de R\$ 10 mil mensais, caíram a zero no final de 95 e início deste ano. O jornal não pôde circular e a venda de assinaturas entrou em colapso.

Dizendo falar em nome de José Dirceu, Chico Macena ameaçou: "se vocês publicam isso, vai haver crise política"

As dificuldades materiais que o PT atravessou não servem como argumento para justificar o abandono de **Brasil Agora**. Ainda em 28 de setembro havíamos apresentado a Gilberto de Carvalho um leque de alternativas que poderiam ser adotadas, numa situação de poucos recursos, para que o projeto não sucumbisse. Estávamos dispostos a qualquer recuo temporário que permitisse salvar o jornal e retomar um pouco mais adiante a idéia de ampliação. Chegamos a propor que a edição fosse suspensa temporariamente — avisados os assinantes e garantidos seus direitos — e que se lançasse sem demora a campanha de captação de recursos.

Nunca veio qualquer resposta. A secretaria de Comunicação preferiu, ao invés disso, concentrar suas energias no lançamento de uma nova publicação de caráter oficialista, batizada sugestivamente de "Noptícias". Os contatos com outras forças para a suposta edição de um jornal de frente estão sendo conduzidos no nível das direções partidárias e excluindo a participação de um grande número de jornalistas interessados — o que não deixa de ser um péssimo começo.

No início de março a equipe de **Brasil Agora** inciou uma última tentativa desesperada de retomar o jornal. Recursos economizados ao longo de meses permitiriam levar às ruas, nos dias da Caminhada pela Reforma Agrária promovida pelos sem-terra, uma edição onde os destaques eram uma reportagem especial e um ensaio fotográfico sobre um dos focos de conflitos fundiários no país: o Pontal do Paranapanema.

Castigo para a ousadia dos rebeldes: começa a partir do fim de 95 o estrangulamento financeiro de Brasil Agora

A tentativa de censura veio, mais uma vez, às vésperas do fechamento. Gilberto de Carvalho a executou, com métodos que

não fazem justiça nem a seu coração generoso nem a sua tradição de tolerância.

Em 27 de março telefonou pedindo informações sobre a pauta da edição, que já conhecia. Ao ouvir sobre a entrevista em que Carlos Eduardo Carvalho analisa a crise dos bancos, perguntou: "E onde entra a posição do partido"? O editor estranhou. Afirmou que não via problemas em publicar um boxe defendendo a CPI do Proer. Gilberto não pareceu satisfeito: "Não pode ser um boxe pequeno. E precisa ter outros: na matéria dos sem-terra e na da Previdência, por exemplo". Também queixou-se de que "nenhum dirigente partidário tenha sido consultado" sobre as matérias.

Às vésperas de uma edição desesperada, vem a "ordem": a posição dos dirigentes tem que constar em todas as matérias

Uma nova conversa, no dia seguinte, revelou duas concepções de jornalismo que não é possível conciliar. Foi neste encontro que Gilberto "comunicou" a "decisão" de submeter cada matéria a seu aval "de companheiro". Como o editor recusou submeter-se, veio a sentença: "Nesse caso, a edição está suspensa".

Que cada um julgue as atitudes conforme sua própria consciência. A imprensa popular, esta seguirá em frente

Dar esta história ao conhecimento dos leitores; impedir que ela vire assunto de corredores e fuxicos, é uma homenagem à democracia. Um velho alemão lembrou, no século passado, que os partidos de trabalhadores se fortalecem quando expõem em público suas divergências. Que cada um julgue as atitudes conforme sua consciência. A imprensa popular, esta seguirá em frente.

ANTONIO MARTINS E CECÍLIA LUEDEMANN



NOVO DIÁLOGO COM GORENDER

O projeto socialista tradicional caducou. Precisamos superar nossos conflitos teóricos para, em conjunto, reelaborarmos as teses socialistas para o futuro

Não é correto colocar o debate nos termos propostos pelo Professor Gorender, em matéria publicada no jornal *BraSil Agora* (7 a 20 de outubro de 1995). A sua afirmação de que a minha proposta sobre a reforma do Estado corteja oneoliberalismo traduz um juízo ético arbitrário, que supõe uma acusação de renúncia dos ideais socialistas que sempre defendemos.

Gorender diz que há uma direita "deslumbrada com a globalização". Seria justo, em resposta, identificá-lo com a direita militar?

Sou da opinião que precisamos superar nossos conflitos teóricos para, em conjunto, reelaborarmos as teses socialistas para o futuro. Encontramo-nos numa crise de caducidade do projeto socialista tradicional, que se pautava pelo autoritarismo e também travava suas polêmicas com os dissidentes a partir de "verdades absolutas", as quais se mostraram, aliás, impotentes para enfrentar os desafios da História.

Quando o Professor Gorender diz que "há uma nova esquerda deslumbrada com a globalização e infiltrada no cortejo carnavalesco do pós-modernismo", poder-se-ia supor como contrapartida — pelo fato dele defender posições próximas do nacionalismo da direita militar — que teria renunciado às suas posições de esquerda, o que evidentemente não seria uma conclusão justa nem um juízo político correto.

O que tenho pretendido em meus textos é, de uma parte, chamar atenção para a necessidade de uma nova estratégia para o movimento socialista, face ao permanente processo de privatização do Estado Moderno. De outra, perante a impotência cada

vez maior das corporações para apresentarem alternativas às práticas da esquerda, proponho garimpar, ao lado das classes trabalhadoras tradicionais do velho capitalismo, *novos sujeitos políticos capazes de pensar uma nova ordem democrática e socialista*.

Sustento que para isso é necessário, hoje, dar especial realce à luta pela democratização radical do Estado, em todas as suas esferas, desde as estatais até as para-estatais. Defendo também que é necessária a luta pela democratização dos meios de comunicação (que se tornam cada vez mais o partido moderno dos monopólios), os quais estão no âmbito da iniciativa privada, embora sejam de interesse público. Sobre eles não pende *nenhum controle social*, mas apenas uma supervisão formal da burocracia do Estado.

Proponho somar às classes trabalhadoras sujeitos políticos capazes de pensar uma nova ordem democrática e socialista

Ao longo do seu artigo, o Professor Gorender sustenta que posições como a minha defendem o "enfraquecimento do Estado". Arguo que não se trata disso. Trata-se, isto sim, de partir da constatação de que o Estado está cada vez mais submetido à lógica dos monopólios e a única forma de democratizá-lo (considerando a impossibilidade de superá-lo na sua forma atual) é *submetê-lo a diversas formas de controle social, mesmo dentro da sociedade capitalista*.

Por esses motivos sustento uma outra reflexão a respeito da relação da empresa estatal com a sociedade civil. Exemplo: mesmo com a abertura privatista condicionada, que foi votada em

relação à Petrobrás, proponho que é correto estrategicamente lutar pelo seu controle público não estatal. E os métodos não constituem nenhum "segredo guardado pelo articulista".

Para enfrentar a barbárie neoliberal, que submete o Estado aos monopólios, é preciso constituir estruturas sociais de controle

Para resistir à privatização da Petrobrás, é preciso trabalhar por uma norma constitucional que defina um *conselho público não estatal*, para proporcionar o seu controle externo, como aliás também queremos para o Judiciário. Assim já o fazemos — por uma decisão política local — por exemplo, em relação ao orçamento da cidade de Porto Alegre. Registre-se que as parcas conquistas de controle social do Estado, no Brasil, têm as suas origens na relação que a sociedade civil, de fato e de di-

reito, mantém com o Sistema Único de Saúde.

Entendo que a luta é para constituir, no âmbito da sociedade, estruturas político-administrativas *de controle*, para se contrapor à barbárie neoliberal, a qual não só reduz o tamanho do Estado, mas lhe põe de joelhos perante as necessidades dos monopólios privados. *O controle externo é um momento de disputa, portanto, sobre a regulação da economia que os monopólios fazem diretamente e também através do próprio Estado.*

Suponho que não é por estarem subordinadas ao Estado que as estatais defendem necessariamente o "interesse público" ☺

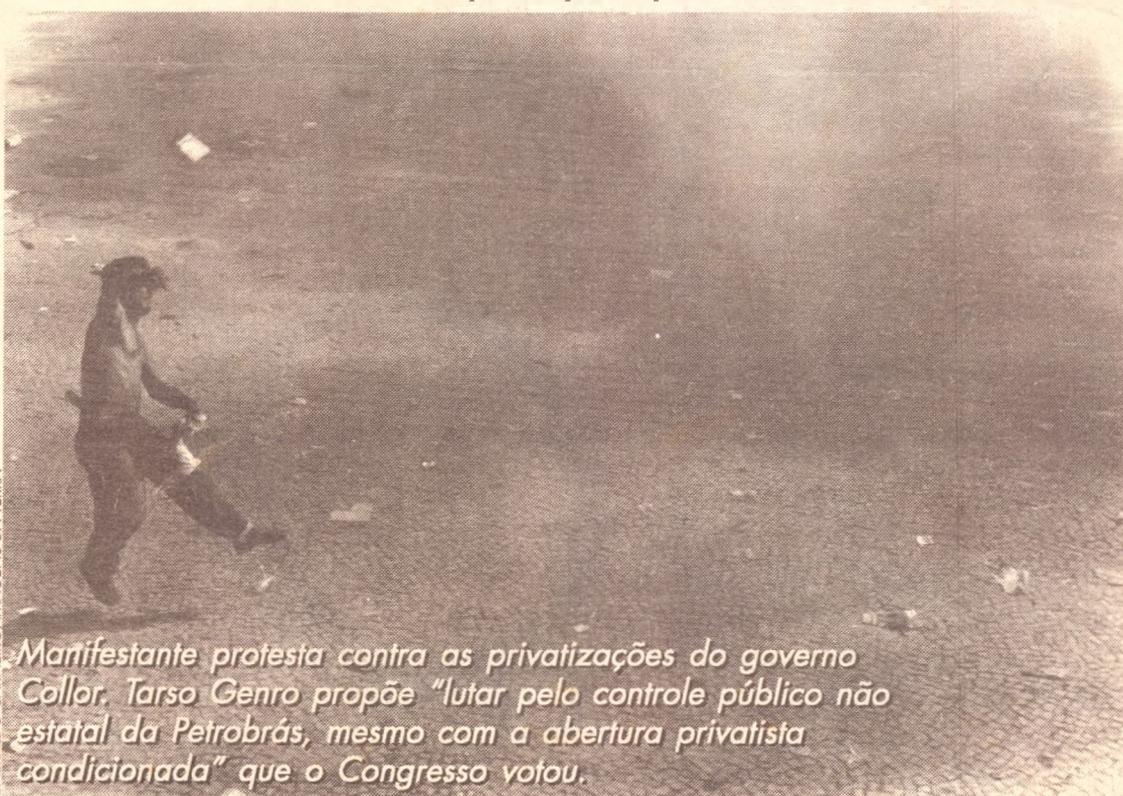
A minha posição parte do pressuposto que as empresas públicas ou assemelhadas não defendem necessariamente o "interesse público" pelo simples fato

de estarem subordinadas ao Estado, como aliás já ficou demonstrado no stalinismo, no nacional-populismo e no fascismo. Por isso raciocino de forma um pouco diversa daquelas receitas tradicionais de um certo marxismo, pródigo em afirmações positivistas-dogmáticas sobre a "inevitabilidade" do socialismo e sobre a natureza do Estado burguês.

Não chamo mais Gorender de mestre. As expressões afetivas só têm sentido se compreendidas como respeito, não como ironia

Chamei afetuosamente o Professor Gorender de mestre. Retiro a expressão. As expressões afetivas só têm sentido se são compreendidas como respeito. Não como ironia.

TARSO GENRO, INTEGRANTE DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PT E PEFEITO DE PORTO ALEGRE



Manifestante protesta contra as privatizações do governo Collor. Tarso Genro propõe "lutar pelo controle público não estatal da Petrobrás, mesmo com a abertura privatista condicionada" que o Congresso votou.

AS PÁGINAS QUE FALTARAM NO



Informe da Executiva Nacional do PT aos assinantes e leitores do Brasil Agora

NA ÚLTIMA EDIÇÃO DO BRASIL AGORA DIRETOR INSTRUMENTALIZA JORNAL PARA ATACAR DIREÇÃO DO PT

O jornal **Brasil Agora**, cuja publicação estava suspensa desde outubro de 1995, foi usado por seu diretor, Bruno Maranhão, por meio de uma edição pirata, com data de 9 a 22 de maio de 1996, para apresentar uma interpretação distorcida e enganosa do processo que tornou inviável a regularidade e a continuidade de sua publicação. Maranhão e Antonio Martins, editor do jornal, falsearam fatos e informações com o único objetivo de instrumentalizar o jornal para uma luta contra a direção nacional do PT, a quem acusam de tentar censurar e tutelar aquele veículo de imprensa.

A edição n.º 75 do **Brasil Agora**, absolutamente ilegítima, por não contar com a participação e o respaldo de seu Conselho Editorial e de seu Conselho de Redação, constituiu-se num golpe contra a democracia partidária e contra os princípios éticos e de solidariedade que devem orientar o relacionamento entre os membros do PT. Mais ainda, a publicação é uma violência contra o mais elementar pressuposto da imprensa democrática, que é o de expressar os diversos pontos de vista de uma

O Diretor do jornal, Bruno Maranhão lança edição pirata do jornal **Brasil Agora**, para combater a Direção Nacional do PT de forma anti-ética e lançando mão de mentiras e distorções.

questão em disputa. Nesta edição não se ouviu ninguém que tivesse outra interpretação dos acontecimentos. As pessoas foram covardemente atacadas, atribuindo-se às mesmas frases e afirmações que não correspondem aos fatos.

A atitude do diretor e do editor do jornal representa a demonstração final do comportamento que desenvolveram em relação ao **Brasil Agora**: se apropriaram de um instrumento coletivo e o transformaram em propriedade pessoal e fechada, em que se destacou o permanente objetivo de manter uma luta interna

dissimulada contra a direção do PT e contra aqueles com quem têm divergências. O mais grave é terem usado, para combater e provocar evidentes prejuízos ao PT, um jornal sustentado pelo próprio partido, a um alto custo.

Ataques pela imprensa

Não bastasse a edição pirata, a irresponsabilidade levou seus autores a tentar ampliar o ataque à Direção Nacional, utilizando a grande imprensa para fazer valer sua opinião e interpretação nos fatos. Mais uma vez aqui pouco lhes importaram os prejuízos ao Partido. Os jornais Folha de S. Paulo e Jornal da Tarde, este em duas ocasiões, foram procurados para "repercutir" a crise do Brasil Agora. A Direção Nacional não aceitou levar o debate para esse campo.

É por esta razão que decidimos realizar essa publicação sob nossa responsabilidade: temos que dar satisfações e respeito aos assinantes, leitores e funcionários do Jornal. Temos que exercitar nosso direito e dever de manifestar nossas opiniões e posições.

Jornal veiculou manipulações e exemplos de mau jornalismo

A edição n.º 75 do **Brasil Agora** é a obra final da série de manipulações, sectarismos e mau jornalismo praticados por Bruno Maranhão e Antonio Martins à frente do jornal. São inúmeras as omissões cometidas, por oportunismo, nessa edição. Omitem, por exemplo, entre muitos fatos, o reiterado testemunho do próprio editor do jornal sobre o caos administrativo em que se encontrava a editora **Brasil Agora**.

Também é ocultado, na edição n.º 75, um esclarecedor episódio que aprofundou a crise da publicação: em dezembro de 95, a Executiva Nacional repassou R\$ 18.000,00 ao jornal. Em contrapartida, Bruno Maranhão comprometeu-se a publicar uma edição naquele mês. A Executiva Nacional queria a publicação, porque sabia que ela era necessária para preservar minimamente a credibilidade do jornal, após dois meses de ausência. O compromisso de Bruno Maranhão não foi cumprido porque, por problemas internos à editora, o jornalista Antonio Martins recusou-se a produzir a edição.

Bruno Maranhão ainda omite um aspecto de grande influência na crise do jornal: embora assalariado para dedicação plena ao jornal, ele dedica-se na verdade entre outras tarefas, a uma outra publicação. O certo é que o diretor esteve ausente em momentos decisivos, deixando de tomar iniciativas administrativas, políticas e comerciais que poderiam ter contribuído para a superação de muitas dificuldades vividas pelo jornal.

Crônica de uma fraude desavergonhada

O editorial de Bruno Maranhão foi acompanhado por uma "Crônica de uma crise anunciada", de Antonio Martins. Nele, o editor tenta reforçar a idéia de

que a crise do jornal se deu por perseguição da Executiva Nacional. É apresentada uma versão parcial e deturpada do episódio da publicação, na edição de outubro, de dois artigos sobre a questão da composição da Executiva Nacional. O primeiro, um manifesto, redigido especialmente para o jornal e assinado pela chapa "Socialismo e Democracia". O segundo, tratava-se de um artigo de Gilberto Carvalho voltado para o público interno e publicado num veículo adequado a ele, o boletim *Linha Direta*. A reprodução desse artigo no **Brasil Agora** não foi autorizada nem pelo autor nem pela redação do *Linha Direta*. Por isso, foi desaconselhada por Chico Macena, assessor da Secretaria de Comunicação.

Mesmo assim, Antonio Martins, violentando direitos, publicou o artigo. Depois disso, a direção do **Brasil Agora** ainda tentou transformar o episódio numa tentativa de censura e tutela em relação ao jornal. É isso que se pode ler na crônica do próprio Antonio Martins, onde ele trata de forma desleal e desrespeitosa os companheiros Gilberto Carvalho, Chico Macena e o presidente do PT, José Dirceu, caracterizados como censores e repressores.

O relato de Antonio Martins sobre a tentativa de publicação de uma edição em março também é fraudulento e visou somente tentar caracterizar, mais uma vez, Gilberto Carvalho como um censor, e jogar a responsabilidade pelo fracasso do jornal sobre a Executiva Nacional.

Ataques à Executiva Nacional

Na interpretação lançada na edição n.º 75 do **Brasil Agora**, os autores atribuem única e exclusivamente à atual Executiva Nacional a responsabilidade pela crise

do jornal. No editorial, Bruno Maranhão tenta reduzir a crise do **Brasil Agora** ao conflito entre maioria e minoria do partido, na formação da atual Executiva Nacional, que levou a uma situação de impasse e inviabilizou a composição de uma Executiva compartilhada. Qualquer pessoa que tenha acompanhado esse processo sabe da falácia e simplificação desta interpretação. Na verdade, a autocritica que a atual Comissão Executiva deve publicamente fazer é ter permitido que o quadro de desmandos no gerenciamento do Jornal tivesse prosseguido por tanto tempo.

Bruno Maranhão também afirma que soube da posição da Executiva Nacional a favor do encerramento das atividades do jornal por telefone e apenas após a decisão ter sido tomada. Essa afirmação é rigorosamente mentirosa. Desde o momento em que surgiu uma proposta nesse sentido, Bruno foi dela informado por Gilberto Carvalho, secretário de Comunicação do PT. Por isso, o início do texto de Bruno Maranhão é profundamente mal intencionado ao buscar imputar à companheira Clara Ant, tesoureira nacional do PT, uma tentativa autoritária de fechar o jornal. Ainda mais quando se considera que o jornal estava suspenso, de fato, desde outubro de 95, e que essa paralisação teve como principal responsável o próprio diretor do **Brasil Agora**. A Comissão Executiva Nacional não tomou na prática nenhuma atitude visando o fechamento do jornal. Decidiu sim, levar sua posição ao Diretório Nacional. Cumpriu todos os compromissos financeiros com o jornal até às vésperas da reunião do Diretório Nacional. Trata-se, portanto, de má fé a divulgação de que a Comissão Executiva Nacional "fechou" o jornal.

Gestão da editora foi irresponsável e incompetente

A gestão do jornal Brasil Agora é realizada por meio de uma editora autônoma, que recebe do PT um subsídio financeiro mensal.

Em dezembro de 94 o valor do repasse do PT ao **Brasil Agora** foi fixado pelo Diretório Nacional em R\$10.000,00, com a perspectiva de que o jornal construísse sua progressiva autonomia financeira. Com exceção dos meses de outubro e novembro de 95, quando os repasses foram reduzidos em virtude da crise financeira, o PT manteve regularmente o subsídio ao Brasil Agora, além de arcar com diversas outras despesas por ele geradas, tendo inclusive recorrido a empréstimos para isso. Já em dezembro, a tesoureira do Diretório Nacional, repassou ao jornal, como primeiro fruto da campanha SOS-PT, a quantia de R\$ 18.000,00, portanto, dinheiro vindo da generosidade da militância, iniciando recuperação plena dos repasses determinados.

De janeiro de 95 a maio de 96, a Executiva Nacional repassou ao **Brasil Agora** R\$ 301.157,78, valor muito superior aos R\$ 170.000,00 que corresponderiam aos repasses mensais. Isso ocorreu porque o PT assumiu parcelas de dívidas contraídas antes e durante esse período. Apesar da soma investida, a equipe do **Brasil Agora** foi capaz de produzir, em 17 meses, apenas 10 edições de um jornal que deveria ser quinzenal.

Os antigos problemas de gerenciamento da Editora **Brasil Agora** foram profundamente agravados pela gestão de Bruno Maranhão. Por meio de uma auditoria ainda não concluída, foi possível constatar, até agora, que o partido tem como herança da editora uma dívida que ultrapassa R\$ 300.000,00, além de 54 títulos protestados. Depois de 6 anos de funcionamento e um enorme investimento, não há praticamente nenhum patrimônio em nome da Editora. Muitos equipamentos adquiridos em 1994 foram entregues como pagamento de serviços.

Os repasses do PT à Editora Brasil Agora

Período	Repasses comprometidos	Gastos efetivos	Nº de edições publicadas	Nº de quinzenas no período
Jan/95 a Mai/96	R\$ 170.000,00	R\$ 301.157,78	10	34
*Set/95 a Mai/96	R\$ 90.000,00	R\$ 117.219,00	3	18

* Gestão da atual Comissão Executiva Nacional

Desde o início de 95, vários membros do Conselho Editorial tentaram convencer Bruno Maranhão a adotar medidas que profissionalizassem o jornal. Foi sugerida a contratação de profissionais experientes, para dar eficácia à gestão administrativa e comercial. O resultado foi o caos que está verificado pela auditoria e que inviabiliza a continuidade da empresa. Os procedimentos básicos de controle e acompanhamento não foram observados. Obrigações sociais, legais e trabalhistas não foram cumpridas. Isso tem levado, com frequência, a que ex-funcionários recorram à Justiça do Trabalho, contra uma empresa que deveria ser modelo, ao menos nesse aspecto.

A gestão de Bruno Maranhão não realizou nenhuma ofensiva eficaz visando a efetiva viabilidade econômica do jornal: não buscou anunciantes e não realizou intercâmbios comerciais que eram possíveis. O diretor preferiu sempre brandir projeções nunca realizadas de aumento de assinaturas, assegurando que elas trariam a autonomia financeira do **Brasil Agora**. Era constante o não recebimento de exemplares por parte de assinantes. A política de ampliação de assinaturas era amadora e inconsistente. No último período, já com o jornal paralisado, essa política tornou-se plena irresponsabilidade, por representar a venda antecipada de um produto que não se podia assegurar que seria entregue.

A progressiva falta de credibilidade no jornal impediu que esse rombo das assinaturas fosse ainda maior.

Essa prestidigitação de números escondia o fato de que as assinaturas realizadas, mesmo que absolutamente insuficientes, constituíam-se em dívida financeira e moral com os assinantes, que agora o PT terá que, de alguma forma, honrar. Na verdade a direção do jornal acomodou-se em

queimar o total das entradas de assinaturas e dos repasses da direção nacional do PT no sustento de despesas imediatas, sem nenhuma reserva responsável.

A fraude final

A irresponsabilidade da atual gestão do Brasil Agora foi coroada por um episódio que, para usar um velho lugar comum, seria cômico, não fosse trágico para o caixa partidário: embora tenham recebido o repasse regulamentar de R\$ 10.000,00 referente ao mês de maio às vésperas da publicação da Edição pirata, o Diretor Bruno Maranhão não pagou nem a gráfica, nem o custo do envio. Ressalte-se que o jornal foi enviado não como impresso e sim como carta, com um custo muito mais alto de R\$ 5.190,00 na pressa do ataque e na irresponsabilidade de quem consome recursos alheios. Sustou cheque pessoal seu enviado à gráfica como garantia e – em evidente má fé – orientou, por fax, que a conta fosse cobrada da Tesoureira Nacional.

Foi em função destes desmandos finais que a Comissão Executiva Nacional determinou a suspensão temporária das atividades do Jornal, a cassação da procuração à administradora e a suspensão do repasse financeiro referente a junho.

A situação dos funcionários que efetivamente trabalharam no período está sendo resolvida diretamente pela CEN, dentro da legalidade e da preservação de direitos.

Executiva Nacional propõe ao PT várias iniciativas de comunicação

A inviabilidade de continuar a publicação do **Brasil Agora**, resultado de sua prolongada crise e consumada pela irresponsabilidade de sua atual direção, levou a Comissão Executiva Nacional a propor ao Diretório Nacional do PT, a quem cabe tal decisão, o encerramento definitivo das atividades do jornal. Trata-se de uma questão aberta, com posições contraditórias dentro da própria Comissão Executiva Nacional e que só a reunião do Diretório Nacional de 6 e 7 de julho resolverá de vez.

A Executiva apresentou, ainda para debate e deliberação do Partido, as seguintes propostas:

a) consolidar e ampliar o boletim *Linha Aberta*, veículo informativo diário, enviado por fax, destinado aos dirigentes nacionais, regionais, parlamentares e prefeitos do PT, e ainda aos principais veículos de comunicação do país.

b) consolidar o semanário interno *PT-notícias* (que substitui o Boletim Nacional). Esta publicação, iniciada no mês de junho têm como público alvo os diretórios municipais, núcleos de base e a militância do PT. A cada mês o boletim informativo será acompanhado de dois encartes: numa quinzena um encarte voltado para o debate de idéias

as e propostas, e na outra um encarte com roteiros para discussão política nos núcleos de base.

c) dar continuidade aos entendimentos com partidos e entidades do campo democrático e popular para o lançamento a médio prazo de uma publicação massiva, editada por empresa autônoma, capaz de fazer o contraponto à grande imprensa, assegurando um tratamento democrático da informação. O lançamento deste veículo deve ser precedido de:

- continuidade e ampliação das consultas a jornalistas e profissionais de comunicação;
- discussão organizada no interior do PT e do Diretório Nacional;
- realização de pesquisa de mercado e de um estudo de viabilidade econômico-financeira;
- constituição de uma empresa editora;
- elaboração de projeto editorial e gráfico;
- instalação de base de operação e de rede nacional de captação e tratamento da informação.

d) dar continuidade e intensificar a participação da Secretaria de Comunicação no movimento de implantação de rádios e TVs comunitárias em todo o país.



Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores

Compromisso com o Assinante:

A Comissão Executiva Nacional, em nome do Diretório Nacional, assume frente aos assinantes, bem como aos fornecedores e credores, o compromisso de honrar todos os encargos e débitos assumidos pela Direção do Jornal **Brasil Agora**. Tomada a decisão pelo Diretório Nacional nos dias 6 e 7 de julho, de manutenção ou não do jornal, faremos contato com assinantes e credores visando saldar tais compromissos. A todos os assinantes já estamos enviando o Boletim **pt notícias** como forma de mínima satisfação e certeza de que não esqueceremos nossas responsabilidades.